



A Associação dos Juizes do Trabalho, AJUTRA, manifesta seu mais profundo repúdio a manifestações recentes que, sob o pretexto de exercer a liberdade de crítica, resvalam para a ofensa gratuita e a desinformação deliberada contra a magistratura nacional. É alarmante observar tentativas de transmutar divergências técnicas em acusações de "corrupção institucionalizada", lançando sobre milhares de magistrados uma sombra de desonestidade que carece de qualquer fundamento empírico ou prova material.

O exercício da magistratura no Brasil não se dá à margem do ordenamento, nem tampouco em benefício de interesses corporativos. Cada decisão, cada ato administrativo e a própria estrutura remuneratória do Judiciário são frutos de uma construção jurídica consolidada, rigorosamente balizada pela Constituição Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e sob a fiscalização ininterrupta do Conselho Nacional de Justiça. Simplificar debates complexos sobre a natureza de verbas e garantias, rotulando-os como "burlas" ou "artifícios", revela um desconhecimento severo — ou uma má-fé manifesta — acerca do funcionamento das instituições.

A realidade dos fatos, atestada por dados oficiais, descreve uma magistratura exaurida por uma carga de trabalho monumental. Com um acervo que supera as dezenas de milhões de decisões anuais, juizes e juízas enfrentam, especialmente no primeiro grau, um volume processual contínuo e desgastante, muitas vezes sem o suporte estrutural minimamente adequado. Esses números não ecoam privilégios; eles narram a resiliência de quem sustenta, no cotidiano dos fóruns e tribunais, a última barreira contra a injustiça social e o arbítrio.

É preciso reafirmar que a independência judicial é o escudo do cidadão, e não um salvo-conduto para o magistrado. Sem a garantia de condições institucionais que permitam um julgamento livre de pressões externas e pautado apenas pela imparcialidade, o Estado Democrático de Direito torna-se uma promessa vazia. Diante da gravidade das imputações levianas que ferem a honra da magistratura, a AJUTRA reitera que a verdade técnica e o respeito institucional devem prevalecer sobre o ruído da desinformação, preservando a dignidade daqueles que dedicam suas vidas à aplicação da Justiça.

Taciela Cordeiro Cylleno
Presidente da AJUTRA